



**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE):
UM OLHAR PARA AS DISPOSIÇÕES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
NA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I**

KAROLINE RIBEIRO¹

RAFAEL LUCAS ALVES FERREIRA²

RESUMO

O presente trabalho propõe-se em analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Foz do Iguaçu – Paraná, pautado num olhar específico, para a alimentação escolar e sua contribuição como agente educacional no ambiente escolar na Escola Municipal Papa João Paulo I. A metodologia utilizada para responder o objetivo do trabalho foi um estudo qualitativo, com uso de métodos de revisão bibliográfica, com auxílio de entrevistas semi-estruturadas para com cinco gestores públicos envolvidos com o PNAE em âmbito municipal, também utilizou a aplicação de um questionário de aceitabilidade aos pratos servidos na escola, com total de vinte e cinco alunos da turma do 3º ano da escola. No Município de Foz do Iguaçu foi observada uma satisfação dos gestores e alunos com a alimentação escolar, notando melhoras nos pratos servidos pelas escolas e percebeu mudanças no olhar da política pública em diálogo para a educação alimentar, assim subentendendo ações para a promoção a novos comportamentos e hábitos alimentares dos escolares.

PALAVRAS-CHAVES: PNAE, Alimentação escolar, Foz do Iguaçu.

1-INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais antigos programas sociais do Brasil, voltado para a alimentação escolar, implantado em 1955, que propõe oferecer uma complementação na alimentação escolar nos Estados, Distritos e

¹ Graduada em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - karoline_ribeiro_@hotmail.com

² Graduado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - rafael.ferreira@aluno.unila.edu.br

Municípios, com ajuda financeira conforme a modalidade de ensino dos escolares (FNDE, 2015).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2015), o programa coopera “para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis”, sendo essa contribuição desenvolvida a partir da alimentação escolar e por ações de educação alimentar e nutricional para os escolares, que são o público alvo do programa.

De um modo geral, entre os anos de 1950 a 1970 a questão alimentar estava voltada à discussão da fome atrelada à capacidade de produção alimentar, sendo o programa de alimentação escolar uma ação importante para combater a desnutrição. Entendia-se que a melhoria das condições nutricionais das crianças era um instrumento na alimentação infantil, propiciando a diminuição dos índices de evasão escolar e, também, melhorias no rendimento de aprendizagem (ABREU, 1995, pg.7; FRIEDMAN, 2000, pg. 1).

Em 1979, o Programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ações universais no território nacional e objetivando a suplementação dos escolares, atendendo em 15% das necessidades nutricionais dos escolares (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2014, pg. 05).

Assim, a proposta do programa tem como público-alvo os alunos matriculados na educação básica (ensino infantil-creches; pré-escolas), ensino fundamental (1º a 9º ano), ensino médio (1º ao 3º ano), adultos e jovens (EJA e Projora), servindo refeições nos intervalos (recreios) do período de ensino na escola (MDS, 2015).

Desta maneira, verifica-se que o programa, ao longo do tempo, foi sofrendo novos rumos para enfrentar problemáticas ao tema da alimentação, agregando temáticas e dimensões subentendendo novos objetivos e novas ações (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2014, pg. 03).

A alimentação escolar servida para os beneficiários do PNAE notou mudanças significativas, a partir do processo de descentralização das ações para garantia da alimentação escolar pelo Estado. Pois atribuiu aos municípios à responsabilidade de execução da alimentação escolar local, atendendo a educação básica municipal, suscitou diante nesse processo a necessidade de fortalecer as bases da produção alimentar local, criou-se um elo de respeito aos hábitos alimentares culturais locais na construção dos cardápios escolares, a qualidade nutricional dos alimentos presentes na alimentação escolar, sobretudo, promovendo à redução de gastos, em busca de autonomia municipal no planejamento (ABREU, 1995, pg. 12).

Em 2009, o PNAE apresentou um avanço significativo com a institucionalização da MP nº 455 de 28 de janeiro. Em seu artigo 14, a MP anuncia que 30% dos recursos orçamentários do FNDE repassados aos municípios e estados devem ser voltados para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para atender a alimentação escolar (Grisa, Kato e Zimmermann, 2014). Entende-se que a Lei nº 11.947/2009 desenvolveu a ampliação do oferecimento da alimentação escolar, onde se agregaram os agricultores familiares na construção do PNAE.

Conforme autoras Grisa, Kato e Zimmermann (2014, pg.17), essa mudança na aquisição dos alimentos favorece a dimensão do desenvolvimento rural local e regional, desenvolve ações educativas de hábitos alimentares saudáveis e promove a revalorização do espaço rural ao fomentar a agricultura tradicional/agroecológica/campesina, desfazendo a lógica construída do distanciamento entre o rural e o urbano.

Segundo Paiva (2011, pg. 111), a inserção dos alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar pelo PNAE possibilita a valorização de outro ator social no contexto da política, o agricultor. Sobretudo, esse novo contexto do programa implica uma nova concepção de alimento, sendo este compreendido como “mais saudável”, “sem agrotóxico” e “não industrializado”, estabelecendo um novo olhar para alimentação escolar. É possível, entretanto, reconhecer que nem todo alimento produzido regionalmente está inserido no hábito alimentar da população, tampouco necessariamente é saudável.

Segundo Swedberg (1994) apud. Froehlich (2010, pg. 32), o PNAE não é um mero mecanismo de geração de renda, deformação de preços e alocação de recursos, mas busca fomentar a valorização da agricultura familiar, desenvolvendo-se como instrumento de mercado para esse segmento social. Mas, sobretudo, traz a construção e discussão dos hábitos alimentares saudáveis nas escolas e no ambiente familiar, em vista de torná-los consumidores críticos e sustentáveis.

Resumidamente, o PNAE apresenta-se como um programa de fomento para novos comportamentos alimentares, na promoção e inserção dos escolares ao convívio de uma alimentação saudável. Visa incentivar, no âmbito escolar-educativo, novos comportamentos alimentares dos escolares (PAIVA, 2011, pg. 117).

Segundo Sonnino e Morgan (2010, pg. 72), a temática da alimentação nas escolas aborda que este serviço de ação pública demonstra o compromisso de uma sociedade em prol do desenvolvimento social. Os autores também questionam a dificuldade e complexidade de oferecer uma alimentação escolar. Dentro dessa perspectiva, a alimentação escolar apresenta-se como um fator de extrema importância no ambiente escolar e como

disseminadora da ação do Estado, sendo a alimentação vinculada diretamente ao bem-estar dos escolares, a garantia do direito humano e como veículo de promoção para novos olhares ao fator alimentar (de onde vem o alimento consumido, o que se come, qualidade do alimento, da produção alimentar) (COSTA; RIBEIRO e RIBEIRO, 2001, pg. 228).

Parece-nos interessante uma análise sobre como essas dimensões (quando se come, como e quanto se come, o que se come, com quem e por que se come) se relacionam quanto ao ato de se alimentar no ambiente escolar. Também, interessante seria refletir sobre como essas variáveis influenciam a construção representativa da alimentação escolar entre os alunos, dentro dessa representatividade, como os alunos identificam e se apropriam dos comportamentos alimentares para suas vidas.

2. PNAE E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação escolar traz várias discussões e debates em sua temática, desde a alimentação enquanto um direito humano até o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar. Tornando-se um tema complexo, pois dialoga no processo da cadeia do alimento, do processo desde onde se planta até onde estes produtos viram comida e, assim, é servida para os escolares.

A alimentação escolar, dentro do PNAE, traz uma proposta de fornecer uma parte dos nutrientes alimentares que os alunos necessitam enquanto permanecem na escola. Serve, assim, como uma ação promotora de saúde ao processo da educação, em que suas ações dirigem a educação alimentar, a hábitos alimentares saudáveis e à educação de consumidores (SILVA; BOCCALETTO, 2010, pg.25, ABREU, 1995, pg.9).

O PNAE vem propiciando a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, como uma de suas metas, em vista a oportunizar hábitos alimentares saudáveis (SANTOS, 2010, pg.456).

De acordo com FNDE (2015), o PNAE considera educação alimentar e nutricional:

“o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo” (FNDE, 2015).

Segundo Santos (2010, pg.456), em sua trajetória, o PNAE vem sofrendo mudanças, em que o ambiente escolar não apenas serve para garantir a merenda escolar aos alunos, mas incorpora o objetivo de promover a alimentação saudável. Com isso, fomenta em

âmbito escolar (educativo), a concretização de novos hábitos alimentares, mas tendo cautela e respeito para os hábitos regionais e culturais dos indivíduos (PAIVA, 2011, pg.117).

Segundo Sonnino e Morgan (2010, pag.57), a alimentação escolar servida às crianças é uma ferramenta importante do dia na escola, sendo um instrumento representativo e ativo que poderia ser usada para ensinar as escolhas e fortalecer comportamentos numa alimentação saudável e sustentável. Não é, portanto, uma mera refeição, enquanto aspecto nutricional, mais se utiliza desse contexto para fomentar o aprendizado e compreensão em torno do alimento.

De certa forma, o PNAE tem que ir além da satisfação nutricional que o programa pode garantir, pois se entende que este permite uma reflexão prática e efetiva na propagação como um meio educativo para novos conhecimentos no espaço escolar, trazendo diálogos significativos para o aprendizado dos escolares sobre alimentação saudável (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001, pg.228; DEMINICE et. al., 2007, pg. 38).

Segundo Sonnino e Morgan (2010, pg.73), o ambiente escolar necessita do diálogo permanente com a filosofia de alimentação saudável, que atue em todos os ambientes da escola, desde a sala de aula até o jardim na escola, dessa forma, poderá garantir que o ambiente físico e a mentalidade da escola estejam em sintonia, reforçando a construção de ações práticas, que sejam aplicadas no cotidiano das crianças.

Santos (2010, pg.454) salienta que é um grande desafio para o programa a ação de mudança de hábitos alimentares. Para o autor, o programa subentende ações que promovem a educação alimentar saudável, mas reconhece que não adianta o discurso de promoção de práticas alimentares saudáveis se no contexto escolar, e na vida pessoal dos escolares, não ocorrem perspectivas de mudanças de o padrão alimentar. O autor ainda utiliza uma frase de Paulo Freire, do livro Pedagogia da Autonomia, para esclarecer que “de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças” (SANTOS, 2010, pg.454).

3. EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOAO PAULO I

O estudo de campo foi realizado é em uma escola da rede pública municipal de educação de Foz do Iguaçu, a escola escolhida foi a Escola Municipal Papa João Paulo I, localizada na área urbana de Foz, na região centro-oeste do município, pertencendo ao Bairro Jardim Itamarati. A escola atende alunos do 1º ano ao 5º ano, num total de 150 alunos, nos dois turnos de aulas. No período matutino são ministradas aulas para o 1º, 2º e 3º ano e, no período vespertino, são ministradas aulas para o 3º, 4º e 5º ano. São, em média, 75 alunos por

turno. O quadro de funcionários da escola tem um total de 17 profissionais, composto por merendeiras, professores, diretora, auxiliares de serviços gerais, secretária e supervisora.

O caminho utilizado metodologicamente para construção da pesquisa considerou uma revisão bibliográfica sobre o PNAE e, ainda, sobre o conhecimento em análise quanto à alimentação escolar e a educação alimentar. Utilizaram-se três meios de análise: i) obteve-se entrevistas semiestruturadas com cinco gestores (nutricionista, secretaria da divisão de alimentação escolar, presidente do CAE, diretora da escola Municipal Papa Joao Paulo I e a merendeira da escola) todos envolvidos na dinâmica do PNAE em Foz do Iguaçu; ii) a aplicação de um questionário de aceitabilidade para os escolares referente aos pratos servidos na escola, num total de vinte e cinco alunos, da turma do 3 ano e iii) fez-se uma observação participante na escola, com objetivo de trazer um olhar mais real e detalhista das ações correntes no horário da alimentação das crianças.

3.1. UM OLHAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Hoje a alimentação escolar do Município de Foz do Iguaçu atende um total de 23 mil alunos da rede pública municipal. A alimentação servida nas escolas é garantida por ações financeiras conjuntas do PNAE (via FNDE) e a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Conforme informado nas entrevistas, o repasse financeiro vindo do PNAE para cada aluno é de 0,30 centavos cada, sendo hoje o custo da merenda escolar no município de 2,00 reais por aluno. Assim, o Município garante a alimentação escolar num valor de cinco vezes o repasse complementar do Programa.

A garantia da alimentação escolar nas escolas vem se pautando no questionável olhar sobre a alimentação para matar a fome das crianças pobres. Na realidade, alguns bairros no Município são carentes social e economicamente. É verificado que para as regiões norte, sul e nordeste do município muitas crianças se alimentam apenas com a refeição servida na escola.

Os executores do PNAE e responsáveis técnicos pela merenda escolar no município de Foz do Iguaçu, confrontados por essa realidade desigual da sociedade, são “obrigados” a reagirem conforme o contexto encontrado. Segundo a fala do Presidente do CAE: “nossas crianças não se comparam as outras crianças”. O entrevistado traz para a discussão ao observar o local, as particularidades das crianças do município e as necessidades de cada escola. O mesmo relata que, no caso de escolas públicas pobres, ocorrem conversas com os setores responsáveis pela alimentação escolar, para ajudar na situação, buscando garantir uma alimentação a mais no cardápio dessas escolas vulneráveis. Quando ocorre, esta

refeição é servida antes de começar as aulas. O entrevistado traz para o debate a compreensão de que a criança com fome não tem rendimento e nem consistência para estudar.

O olhar para a alimentação escolar municipal, relatada pelo Presidente do CAE analisa ser é de qualidade no sentido de ter certificação de segurança, pois atende a todos os aspectos nutricionais e saudáveis para garantir que a criança não sinta fome enquanto esta na escola. Ainda, segundo o entrevistado, o valor financeiro repassado garante o fornecimento de uma alimentação saudável, equilibrada e, principalmente, de qualidade.

O Presidente da CAE ainda ressalta que com 2,00 reais não se pode “fazer milagre”, por isso que em ações de complementação da merenda escolar nas escolas pobres, é necessária uma adequação financeira e nutricional. Isto porque a alimentação escolar tem que suprir adequadamente os nutrientes diários dos escolares em sua permanência na escola.

Diante dessa percepção, remete ao fato da alimentação escolar predominar como uma ação de assistência, por parte do município. O entrevistado observa essa articulação, não apenas como uma garantia do direito humano, mas enquanto uma ação em prol do bom desenvolvimento nutricional e social das crianças no município.

A escola Municipal Papa João Paulo I não se depara com essa realidade de alunos, para os quais a única refeição é a da escola. É uma escola de porte pequeno, com alunos de todas as classes sociais, desde crianças mais pobres, com famílias de renda de uma três salários mínimos.

Conforme relato da Diretora da escola, os alunos, em geral, são visivelmente nutridos e apresentam um bom estado nutricional. Quando perguntada sobre o nível de carência dos alunos da alimentação servida na escola, comenta que:

“não possuem nenhum caso dessa complexidade, mas sei que há famílias mais carentes e sempre que possível ajudamos com o que pode, realizando vaquinha entre os funcionários e com outros pais para disponibilizar uma cesta básica”(Entrevista com Diretora da Escola Municipal João Paulo I, Março de 2015).

Alimentar-se na escola carrega várias construções significativas na simbologia que aquele momento ou encontro dos alunos com o alimento possibilita, de compreensão sobre a alimentação escolar para as crianças. Diretamente, alimentar-se liga questões comportamentais dos sujeitos, resgatando aspectos múltiplos de sentido, como o compartilhar o alimento, o momento de “união” de todos envolta do comer, a representação da comida servida pela “tia” (expressão usada para designar a merendeira), as relações comportamentais de como comer e ainda a descoberta da escolha (gostos-seleção) dos alimentos na refeição.

A partir da observação participante, e segundo ROMANELLI (2006), o aspecto da alimentação na escola tem uma construção que traz processos de sociabilidade dos escolares, pois demonstra uma ação efetiva de construções de sentidos no momento do alimentar, sendo esse representativo no horário do recreio, já reconhecido pelas crianças como o momento de “servir-se e comer”, toda a escola ao mesmo tempo, tanto alunos quanto professores.

Uma particularidade na escola Papa João Paulo I, é que o recreio, como é chamado o momento do intervalo pelas crianças, apresenta-se organizado para o momento da alimentação escolar. Isto porque o horário de recreio é das 09h30min às 10h00min da manhã. Este tempo é dividido em 15 minutos para a criança servir-se e alimentar-se na sala de aula, sendo o restante dos 15 minutos destinado para os escolares brincarem no pátio da escola. Entretanto, quem quiser continuar comendo depois dos primeiros 15 minutos é livre para alimentar-se nas mesas, fora da sala de aula.

O espaço escolar é um ambiente de construção representativa do ambiente fora de casa. É um espaço que sai dos costumes, regras e leis da casa (familiar) e esbarra em outra instância: a escola (espaço de aprendizado), com regras e normas de funcionamento, observado como um espaço novo e diferente as crianças, onde que apresentaram com o tempo alguma familiaridade.

O processo construtivo que o ambiente escolar acarreta na formação da criança e no entendimento de seu aprendizado no contexto da alimentação, tem-se uma ligação direta na representatividade, quanto pelo observado e para o ensinado. Conforme as características que são transmitidas ao se alimentar, a criança tende a reproduzir o que foi ensinado ou explicado pelos adultos (professora, pais e merendeira).

A preparação da merenda, os ingredientes utilizados, a escolha dos alimentos para o preparo do prato, o modo de servir, a apresentação da comida, são meios que tendem a influenciar o olhar da criança para a comida e para a escolha de o que quer comer.

A partir da merendeira, a apresentação dos alimentos orientam a aceitação da comida. Por exemplo, a merendeira relatou que as crianças têm dificuldade para aceitar o carreteiro, pois notou que as crianças têm seu próprio olhar para a comida considerada “misturada” e não acham o carreteiro atrativo. Neste sentido, estrategicamente, em vez de preparar carreteiro, a merendeira prepara arroz e carne ao molho, como se dividisse (separasse) os ingredientes que no prato do carreteiro seriam juntos. Desta forma, a apresentação da comida não parece misturada, tornando-se atrativa ao olhar dos escolares.

Referente às formas de servir a merenda, o aspecto de como se come, isto traz alguns comportamentos à criança e delinea seu olhar de como se come determinado alimento. A dimensão do que se come, quando se come e o quê se come e com quem comemos, tende a contribuir na construção da ação de escolha das crianças e na construção de um ambiente alimentar (MACIEL, 2001, pg.150). Assim, o espaço escolar também traz essa abordagem significativa para a complexidade e simbologia do ato de se alimentar, nota-se no espaço escolar essa representação de sentidos e significados referidas as dimensões comentadas anteriormente.

Diante desse olhar para o comer no espaço da escola Municipal Papa João Paulo I, essas representações trazem pontos específicos, quanto ao que se come. Por exemplo, seguir o cardápio escolar, elaborado pela nutricionista do Município. Mas, resta ao aluno a escolha do comer ou não o prato do dia. Essa pergunta dialoga com a questão da produção desse alimento servido. Assim, será que as crianças sabem o que elas estão comendo? Conforme a Diretora da escola as crianças têm conhecimento que os alimentos que chegam à escola Municipal Papa João Paulo I vêm de agricultores da cidade, são produtos mais naturais e melhores. A mesma relata que já teve a oportunidade de construir um diálogo entre alunos e produtores.

A reflexão sobre o quando se come na escola esta diretamente relacionada ao recreio (intervalo), sendo este o momento próprio para alimentar-se, com horário específico e espaço determinado (sala de aula) para comer. Para os alunos, esse momento está diretamente relacionado com o ato de alimentar-se e depois brincar. Carrega, assim, consigo a ideia da necessidade de uma boa alimentação e a prática de atividades físicas, como um instrumento para uma vida saudável.

Com quem comemos no contexto escolar? Esta questão traz para a construção do indivíduo um olhar para a ação de compartilhar, sendo o momento de todos pararem para comer. É o simbólico ato reunir-se em volta da comida. No caso da escola, expressa-se também a relação de envolvimento do aluno com o professor e seus colegas. É, pois, construtivo o olhar que a alimentação servida é para todo o contexto escolar.

A análise dessas variáveis do que se come, quando se come e com quem comemos diante do alimentar expressa o olhar das crianças para suas sensações, que perpassam suas escolhas e gostos. Assim, muitas vezes um alimento agrada uma criança, mas não agrada à outra, pois as representações e o olhar para o alimento se diferenciam em cada indivíduo. Mas, a relação estabelecida na escola com o alimento, tanto na forma da apresentação, do sabor, do momento do recreio, acaba trazendo ensinamentos, informações

sobre o alimento, resultando, muitas vezes, na mudança de comportamento alimentar dos escolares.

Diante da observação realizada na escola e as reflexões mencionadas, seria interessante um diálogo com os pais das crianças, para verificar se houve mudança na alimentação da criança em casa, se houve a incorporação de algum novo hábito ou comportamento no comer, por influencia da escola.

Atualmente a alimentação servida na escola Municipal Papa João Paulo I segue rigorosamente o cardápio escolar elaborado pela Nutricionista responsável no município. Esta elabora o cardápio e depois repassa para as escolas, via e-mail. Conforme relato da Nutricionista, a organização dos cardápios escolares depende de três aspectos: i) se contempla questões nutricionais, para que cada modalidade de ensino atinja a necessidade nutricional que a criança está no período letivo; ii) se existe estrutura física e locais para elaborar as preparações do cardápio e iii) se existe a disponibilidade de produtos, conforme a época do ano.

A preparação e a execução do cardápio são de responsabilidade da merendeira, que possui um papel importante no arranjo do PNAE, pois é um membro fiscalizador dos alimentos e, ainda, a “fada madrinha das comidas”. É a merendeira que manipula e apresenta o produto final e que está exposta à avaliação dos alunos diretamente, pois são eles quem dá o veredito sobre o alimento.

Na escola Municipal Papa João Paulo I é verificada uma relação entre os alunos e a merendeira. Essa proximidade ocorre apenas no momento do servir. Nota-se que os alunos comentam o quanto está gostosa a comida e expressam vontade de comer mais ao dizerem “quero mais, tia”. Por parte da merendeira a relação com os alunos e a alimentação está no cumprimento do cardápio escolar, nas adequações e estratégias realizadas para facilitar que as crianças comam o alimento, aos questionamentos que a merendeira realiza, por exemplo, se as crianças querem carne, salada, mais ou menos comida.

Na esfera do PNAE, entende-se que o programa promove a articulação das ações fomentadoras para a construção de uma nova perspectiva ao tratamento da alimentação escolar. É um trabalho grandioso e árduo, pois o olhar reformista, sugerido por Sonnino e Morgan (2010), no sentido de ancorar várias temáticas e ações conjuntamente, numa política, já foi lançado pelo programa, porém, a prática nem sempre é fácil. O sentido reformista expressado aqui diz respeito à articulação entre a alimentação escolar diretamente à produção do alimento, aos meios de produção, tornando o ambiente escolar como promotor da

formação crítica e, principalmente, promovendo a interdisciplinaridade do programa para tratar da alimentação.

A alimentação servida na escola Municipal Papa João Paulo I é atendida por produtos advindos da agricultura familiar local, em que o Município de Foz do Iguaçu consegue adquirir um percentual de 25% dos produtos da merenda escolar a partir da aquisição dos agricultores familiares. Assim, chegam à escola diversas variedades de legumes, verduras e, principalmente, os panificados. São produtos frescos, refletindo no aspecto de segurança e a qualidade destes alimentos.

Dos produtos entregues na escola, a merendeira menciona que houve uma mudança no fornecimento das frutas em termos de qualidade e quantidade, relata apresentar alimentos com boa aparência e ainda ressalta para a qualidade das verduras e legumes. Também faz referência ao “sabor caseiro” dos panificados. Entende-se que estas mudanças contribuíram para que os alunos dessem um “novo” valor aos alimentos servidos, considerados mais saudáveis, sem utilização de agrotóxicos, integrais e caseiros. A entrevistada relata também que se obteve a agregação de novos alimentos, em que destaca o pão integral, a cuca (que substituiu o biscoito), o chá e a polpa de fruta (que substituíram o leite de soja). Também, comenta que foi acrescentada a canjiquinha e que houve a retirada do sucrilhos e da salada de frutas do cardápio.

O fato de os alunos saberem que as frutas, legumes e pães são de produtores locais, na opinião dos entrevistados, estabelece um vínculo com “a origem do alimento”. Mas, no estudo de campo, percebeu-se que não são todos os alunos que sabem de onde vem o alimento que consomem, tanto aqueles consumidos na escola, mas também aqueles consumidos em casa.

A partir da observação-participante na escola, tive a oportunidade de experimentar a merenda servida dos escolares nos dias de visita à escola. Podendo inserir nesse contexto de preparação da alimentação, da chegada dos alimentos fornecidos pelos agricultores, até provando os pratos servidos, que estavam todos deliciosos, sendo refeições saborosas e muito bem temperadas, essa observação a partir do meu gosto alimentar.

Conforme foi possível observar ao longo de uma semana de observação na escola, a refeição servida aos escolares instigava um olhar de satisfação, mas também de desagrado por parte dos alunos. Dependendo do alimento servido, notava-se distinta procura. Algo que considero normal, pois os gostos são particulares de cada pessoa, de forma que nem sempre um alimento que é gostoso para uma criança é também para outra. Isto permite pensar que cada criança carrega suas características de escolhas e gostos, vinculados às várias

complexidades que envolvem o ato de se alimentar de determinado alimento. Entende-se que isto se deve tanto pela questão de como a criança teve o primeiro contato com esse alimento, que vai trazer um olhar para esse alimento; mas também pela aparência do alimento, o gosto do alimento (azedo ou doce); o como o alimento foi servido. Estes são aspectos que influenciam os comportamentos alimentares das crianças.

Os escolares, mesmo se alimentando com a alimentação escolar, também, em alguns casos, alimentavam-se dos alimentos da cantina (alimentos comprados) e os trazido de casa. Com isto, há uma preocupação com uma abordagem de “duplo processo alimentar”, referindo-se ao comer duas vezes. Entendo que isto é significativo quando se pensa no percentual nutricional necessário na alimentação escolar das crianças. Isto pode acarretar, no longo prazo, em um processo de obesidade. Neste sentido, pode ser dizer que, em um olhar geral na escola, foi encontrado alunos aparentemente acima do peso, mas também outros alunos que representam estar com peso inferior que o recomendável.

Na escola Papa João Paulo I, em vista do espaço educacional e das ações pedagógicas, observam-se ações indiretas que marcam o olhar da criança para com a alimentação. Pelas informações fornecidas pela Diretora, a escola tem abordado o tema da alimentação saudável na sala de aula, sendo tema de aula na matéria de artes, onde são abordados temas livres.

A Diretora também comentou que o tema da alimentação percorre todos os anos escolares das crianças na escola, de forma que cada professor é livre para abordar o assunto. Disse, também, que se tem trabalhado com a pirâmide alimentar e com questões alimentares, por exemplo, de onde vem e quem produz os alimentos. A Diretora salientou que uma professora em específico, que dá aula para os alunos pequenos (1º ano), trabalha bastante com o tema da alimentação saudável, desenvolvendo uma oficina na sala de aula, com uma didática específica para crianças.

Nas oficinas, a referida professora com ajuda de outros profissionais, trabalha com o tema das frutas, a diversidade das frutas, a necessidade de comê-las e, ainda, realiza o preparo de alguns alimentos na sala de aula, para estimular os alunos a trabalharem com os alimentos. A Diretora verifica na ação educacional desenvolvida especificamente pela professora, a necessidade de se realizar um aprendizado para com os pequenos (escolares). Sinaliza que os alunos ficam animados nas oficinas e que nota resultados positivos no interesse desses alunos em comer frutas no período que estão na escola.

Diante dessa ação desenvolvida na escola, nota-se que as crianças podem aprender com o novo, tanto que o próprio ambiente é propício para isso, dando-lhes

informações sobre as disposições da alimentação, demonstrando quais os alimentos mais nutritivos e os quais devem participar da dieta das crianças diariamente. Desta forma, essas crianças passam a construir um novo olhar sobre a alimentação.

O interessante é que este novo olhar sobre a alimentação gerada no ensino das crianças não fique apenas concentrado na escola, mas que este olhar possa chegar à casa, na forma de, um gosto para um prato específico, uma fruta que gosta, o comer verduras e legumes (salada), o diálogo com o outro para a importância de uma alimentação. Mas, para que esta ação seja fortalecedora para as crianças é necessário que o ambiente escolar tenha um posicionamento similar ao proposto enquanto alimentação saudável.

A Diretora informou que a escola também possuía, há cerca de dez anos, uma horta no pátio. Era, segundo a Diretora, uma ação própria dela. Na horta eram cultivados legumes e verduras, que eram usados para o temperinho da alimentação da escola. Quem mantinha o cuidado com a horta eram os próprios alunos. Eram os alunos quem plantavam, coletavam e preservavam a horta, realizando os cuidados de rega e preparo do solo.

Hoje a escola não possui nenhuma horta, mas conforme a Diretora pretende-se construir uma em breve, mesmo que pequena. Alega não dispor de espaço no momento. Pretende fazer uma horta que contemple o cultivo de salsinha, cebolinha e temperinho verde para colocar na alimentação, e, ainda, salienta que quer a participação dos alunos nessa construção e nos cuidados da horta. A entrevistada acha a horta um significativo e importante meio de conhecimento para os alunos.

Considerando Maluf (2009), que entende ser a escola mais que um mero ambiente da sala de aula, e também considerando o diálogo com a Diretora da escola Municipal Papa João Paulo I, nota-se que, em particular, nesta escola tentou-se organizar um espaço escolar mais construtor de aprendizado em suas várias dimensões. Tanto na ação prática da oficina desenvolvida pela professora sobre a importância do consumo de frutas, quanto coma horta que pretende ser construída na escola. Há uma perspectiva de exploração do espaço escolar, mesmo com pequenos passos, e trabalham com essa construção na utilização dos espaços que a escola oferece, não apenas a sala de aula.

Na construção da educação alimentar, desenvolve-se nas crianças a capacidade de escolhas, em estimular o olhar crítico e reflexivo ao comer, e isto dialoga direto com o uso dos espaços da escola para promover a alimentação saudável. Isto traz para o foco da alimentação escolar os ensinamentos para melhorar a compreensão do significado do alimento e da alimentação. Ao estudar o PNAE, uma questão interessante é sempre notar se os

debates sobre o tema da alimentação ocorrem nas atividades práticas das escolas, se as escolas oferecem uma alimentação saudável.

De modo geral, entende-se que as ações educativas desenvolvidas na escola precisam ter um aspecto integrador e impulsionador de mudança no comportamento alimentar, que ofereça uma construção representativa e de entendimento crítico pelas crianças, pois o aprendizado delas está na simplicidade de objetivar uma ação de representação do alimento.

As atitudes voltadas para a educação alimentar na Escola Municipal Papa João Paulo I têm tentado desenvolver o aprendizado dos escolares, através do envolvimento dos funcionários da escola (diretora, professoras, supervisoras e merendeiras). Constatou-se, em alguma medida, que a prefeitura, via secretaria municipal de educação, não possuem esse retorno de iniciativas de “projetos” ou atividades sobre o tema da alimentação, visto a partir no contexto escolar, de iniciativas que contemplem uma promoção de hábitos alimentares, por exemplo, a oficina e a horta.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Percebe-se pela análise realizada sobre o programa, que o mesmo, apresenta ações que desencadeiam a preocupação na complexidade da alimentação escolar, porém nem sempre os resultados são conforme o planejado na execução do programa, se tratando da alimentação como agente auxiliador na educação alimentar. Mas, possuem avanços significativos em torno dos seus 60 anos de trajetória, e pode-se dizer que foi importante e necessária sua permanência no ambiente escolar e na vida dos escolares, tanto como um instrumento de garantia da merenda escolar, como uma tentativa de incentivar mudanças de comportamentos alimentares das crianças.

Notou-se que na Escola Papa João Paulo I (públicos-alvo do programa) essa percepção do ambiente escolar como reformistas de comportamentos alimentares esta estacionado, conforme foi mencionado, fica a critério de cada escola promover e agilizar projetos ou ações voltadas ao incentivo de escolhas saudáveis na alimentação escolar. até o ponto que as são os agentes internos da escola se mobilizam para realizar essa construção educativa de alimentação.

5. REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

ABREU, Mariza. **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?** Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. vol.19, no. 55, São Paulo, Set./Dec. 2005.

CLAUSSEN, Sandra. **Avaliação da alimentação de crianças em idade pré-escolar de uma escola municipal de Santa Terezinha de Itaipu- PR**. Medianeira, 2013, p.1-34.

COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutrição**, Campinas, v.14, n.3, p. 225-229, set./dez., 2001.

DEMINICE, Rafael; LAUS, Maria Fernanda; MARTINS, Thalia Manfrin; SILVEIRA, Susana Dutra de Oliveira; DUTRA-DE-OLIVEIRA, José Eduardo. Impacto de um programa de educação alimentar sobre conhecimentos, práticas alimentares e estado nutricional de escolares. **Rev. Alim. Nutr.**, Araraquara. v.18, n.1, p.35-40, jan/mar, 2007.

FRIEDMAN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentáveis. IN: BELIK, W; MALUF, R; FRIEDMAN, H; et al. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas:IE/UNICAMP, 2000, p.01-22.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tape (RS)**. Porto Alegre, 2010.

GRISA, Cátia; KATO, Karina; ZIMMERMANN, S.A. **Relatório Final. PROJETO REPENSANDO O CONCEITO DE RURALIDADE NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS – O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo**, 2014, p.1-23. IICA. Relatório de Pesquisa.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. **Rev. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, dezembro de 2001.

MALUF, Renato S. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. Estudo de Observação de Políticas Publicas para a Agricultura (OPPA), nº 26, maio de 2009, p. 1-3.

MALUF, Renato S. **Estudo 34: Segurança Alimentar e Nutricional**. Projeto Perspectivas dos Investimentos Sociais do Brasil (PIS), Cedeplar/UFMG, (Sd).Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/index.php?option=com_content&view=article&id=931&catid=190>

MALUF, Renato S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaios FEE, Porto Alegre, n. 1, v. 25, p. 299-322, abr. 2004.

MENASCHE, Renata. **Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?.** Rio Grande do Sul, 2000-2002, p. 1-20.

PAIVA, Janaína Braga de. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um Município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa.** Salvador-Bahia, março de 2011, p.11-118.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Rev. da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v. 39, n.3, p. 333-339, jul/set. 2006.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão.** Temas livres – Free Themes, p. 453-462, julho/novembro de 2010.

SILVA, Cleliani de Cassia da; BOCCALETTO, Estela Marina Alves. Educação para a Alimentação Saudável na Escola. In: BOCCALETTO, E. M. A; MENDES, R. T; VILARTA, R. **Estratégias de Promoção da Saúde do Escolar: atividade física e alimentação saudável.** 1º Edição. Campinas: IPES, 2010, p. 23-40.

SONNINO, Roberta; MORGAN, Kevin. Repensando a Alimentação Escolar: O Poder do Prato Público. **Estado do Mundo.** p. 72-78, 2010.

STOLARSKI, Marcia C. Caminhos da alimentação escolar no século XXI: histórico da política nacional e avanços na gestão do Paraná. In: HAMERSCHMIDT, I; OLIVEIRA, S. de. **Alimentação saudável e sustentabilidade ambiental nas escolas do Paraná.** 1º Edição. Curitiba-PR: EMATER, 2014, p. 9-36.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Segurança Alimentar – Educação Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programas-PNAE. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar> > Acesso em: 13 de setembro de 2014 e 20 de fevereiro de 2015. Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5166-manual-para-aplica%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae> > Acesso em: 14 de fevereiro de 2015.